



LUTA ANTIMANICOMIAL E RACISMO EM TEMPOS ULTRACONSERVADORES

Anti-manicomial fighting and racism in ultraconservatory times

Tales Willyan Fornazier Moreira*

Rachel Gouveia Passos**

RESUMO

O presente artigo apresenta elementos que localizam o racismo no atual contexto de avanço do conservadorismo e de crise estrutural do capital na realidade brasileira, evidenciando, a partir de dados concretos, que a população negra encontra-se no ranking dos mais preocupantes indicadores sociais no que tange, sobremaneira, a questões de renda; violências, nas suas mais multifacetadas formas, e escolaridade. Nesse sentido, discute acerca de como as desigualdades étnico-raciais encontram-se estruturadas na sociabilidade brasileira, e, por fim, realiza uma aproximação entre a Luta Antimanicomial e a questão racial, apontando os desdobramentos do conservadorismo na saúde mental e seus reflexos para a população negra.

PALAVRAS-chave

Luta Antimanicomial. Racismo. Conservadorismo. Desdobramentos na Saúde Mental.

ABSTRACT

The present article presents elements that locate racism in the current context of conservatism and the structural crisis of capital in Brazilian reality, showing, from concrete data, that the black population is in the ranking of the most worrisome social indicators in which to income issues; violence, in its most multifaceted forms, and schooling. In this sense, it discusses how ethnic-racial inequalities are structured in the Brazilian sociability, and, finally, it makes an approximation between the Antimanicomial Struggle and the racial question, pointing out the consequences of conservatism in mental health and its reflexes for the population.

KEYWORDS

Anti-asylum struggle. Racism. Conservatism. Developments in Mental Health.

Submetido em: 9/9/2018.

Aceito em: 12/12/2018.

* Assistente Social. Mestrando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Assistente Social na Prefeitura Municipal de Guará (SP). Av. José Landim, 2-168, Guará (SP), CEP.: 14580-000. ORC ID: <<http://orcid.org/0000-0002-9191-7820>>. E-mail: <taleswf@live.com>.

** Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Av. Pedro Calmon, 550, Cidade Universitária, Rio de Janeiro (RJ), CEP.: 21941-901. Pós-Doutoranda em Serviço Social e Políticas Sociais pela UNIFESP. Bolsista CNPQ – Processo 150076/2017-7. ORC ID: <<https://orcid.org/0000-0003-2267-0200>>. E-mail: <rachel.gouveia@gmail.com>.

DOI 10.22422/temporalis.2018v18n36p178-192



INTRODUÇÃO

Durante o ano de 2017 comemorou-se o centenário da Revolução Russa. Foi um período de tentar reascender a chama da revolução e retomar a utopia da transformação societária. Entretanto, ao mesmo tempo em que vivenciamos um ano *festivo* para a esquerda, experimentou-se múltiplos ataques e retrocessos na realidade brasileira. Perderam-se-se direitos sociais, trabalhistas, previdenciários. Sofreu-se ataques com carácter fascista, machista, sexista, lgbtfóbico, racista e etc. O conservadorismo e suas expressões avançaram significativamente.

Entendemos que o avanço dos ataques em curso, que estão destruindo feroz e velozmente as conquistas dos/as trabalhadores/as, não motivou a esquerda a ocupar as ruas de maneira intensa e voraz e, logo, pouco conseguimos contra-atacar¹ o projeto político de restauração colonial (NOGUEIRA, 2017). Tal projeto político, gerido e idealizado pelo governo de Michel Temer, carrega em sua essência o patriarcado, o racismo e o colonialismo.

A pauta sobre o racismo vem sendo retomada por inúmeras entidades, movimentos, partidos políticos, redes sociais, mídia e etc. Na mídia progressista podemos identificar que durante o ano de 2017 o *Jornal Le Monde Diplomatique Brasil* publicou seis artigos especiais que retrataram o tema *racismo na mídia e na esquerda*. A proposta dessa série deu-se a partir da 111ª capa do jornal, de 2016, que foi publicada nesse mesmo veículo e que provocou inúmeros debates e tensionamentos devido ao seu teor racista.

Já no campo da saúde mental e da atenção psicossocial identificamos que há uma enorme escassez no que diz respeito ao debate da questão étnico-racial². A pouca aproximação da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial com a Luta Antirracista demonstra o quanto ainda podemos estar vulneráveis e frágeis para avançarmos com questionamentos sobre as novas expressões do manicômio na atualidade. Em tempos de retrocessos torna-se urgente uma intersecção entre as lutas e ações para combater práticas manicomiais que estão assentadas no racismo, no patriarcado e no colonialismo. Logo, buscamos nos voltar para as seguintes indagações: como o racismo se apresenta no atual cenário brasileiro? Quais os atravessamentos do conservadorismo na política de saúde mental? Como a lógica manicomial atualiza o racismo?

Nesse caminho, objetivamos problematizar os atravessamentos do racismo e sua reprodução, compreendendo suas expressões na cena contemporânea. O artigo divide-se em dois momentos: no primeiro, abordaremos o avanço do conservadorismo e as expressões do racismo na atual conjuntura. No segundo, pretendemos realizar uma leitura que relacione a Luta Antimanicomial à questão étnico-racial, a partir de uma análise feminista marxista.

¹ Para o professor e pesquisador Ricardo Antunes, “[...] 2017 é o ano que não deveria ter existido. [Foi] uma derrota profunda dos movimentos populares, sociais, dos partidos de esquerda, dos trabalhadores e até da luta democrática. Vivemos no Brasil de hoje um “Estado de Direito de Exceção”. E isso significa que a justiça burguesa é conivente com tal estado e o aparato repressivo usado violentamente” Para acessar a entrevista buscar em: Brito, 2017.

² Sobre o tema, buscar: Passos (2017); Pereira e Passos (2017); Oliveira, Duarte e Pitta (2017).

O AVANÇO DO CONSERVADORISMO EM TEMPOS TEMEROSOS

O atual cenário perpetrado pelo avanço de forças antidemocráticas, discursos de ódio nos mais variados âmbitos da vida social, pensamentos e práticas fascistas e reacionárias, também se reflete, enquanto ressonâncias do modo de produção capitalista que, no seu processo de crise estrutural, lança mão de diversas estratégias para sua manutenção, dentre as quais, a radicalização das ações conservadoras e a regressão de direitos.

Tal crise estrutural, cujo início se dá na década de 1970, aponta para transformações no interior do sistema capitalista, as quais são agudizadas pela ofensiva neoliberal, e que trazem rebatimentos concretos para a vida dos/as trabalhadores/as no sentido da intensificação da desigualdade estrutural, na degradação da vida humana e da natureza (BARROCO, 2011).

Em outras palavras: o contexto atual, sob o qual se apresentam dramáticas e brutais ofensivas contra a classe que vive do trabalho, reflexo desta atinada crise do capital que tem sua raiz na dimensão produtiva e que é dirigida, tal como aponta Mészáros (2009), pelo processo desordenado de acumulação, apresenta condições favoráveis para o processo de reestruturações capitalistas nas diversas esferas da vida social, as quais têm como único objetivo: garantir o lucro do capital.

Nesse sentido, não importa sob quais condições tais reestruturações vão incidir e quais impactos terão na vida dos/as trabalhadores/as. O que importa para este modo desumano e irracional de produção operante, é construir e executar suas estratégias para que, a cada crise, se reinvente em novas etapas de acumulação. Destarte, o capital com sua lógica destrutiva segue

[...] aprofundando a exploração do trabalho, o desemprego estrutural e conjuntural, instituindo novas formas de trabalho precário e destruindo direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores, entre outros, esse processo intervém na vida dos indivíduos, criando demandas e respostas à insegurança vivenciada objetiva e subjetivamente na vida cotidiana (BARROCO, 2011, p. 206).

Os últimos episódios da história recente, não só no Brasil, mas a nível mundial, permitem-nos visualizar a intensidade sob a qual o capital internacional avança no sentido de garantia da sua hegemonia. Vale destacar que o Fundo Monetário Internacional, bem como o Banco Mundial, possuem demasiada incidência nos rumos da política econômica que implicará, por conseguinte, a condução das políticas sociais e, conseqüentemente, na dinâmica da produção e reprodução das relações sociais. Tais organismos, portanto, “[têm] protagonismo na gestão das determinações que potencializam os lucros do capital e o que alvitra a política econômica-social dos países dependentes, bem como aponta a ofensiva neoliberal como estratégia política para enfrentamento da crise” (CAPUTI; FORNAZIER MOREIRA, 2017, p. 23).

Nesse sentido, a ideologia neoliberal, buscando se legitimar enquanto a única saída possível para esta crise estrutural, cumpre um papel estratégico e necessário para o modo de produção vigente, que é o de justificação das transformações operadas na vida social pela ofensiva do capital (BARROCO, 2011). Desta forma, o pensamento dominante através

de suas perspectivas irracionalistas e descoladas do movimento histórico, dialético e contraditório da sociabilidade burguesa, ratifica a naturalização destes processos, cuja raiz se assenta na estrutura social.

Este fato, enquanto ressonância de um processo de *reificação*³, além de falsear a realidade ocultando a essência dos fenômenos que se apresentam no movimento do real, estimula a produção e reprodução de processos sociais mais amplos, tais como: moralização da pobreza; institucionalização da violência; o ódio contra a população negra, periférica, LGBT, mulheres; ações xenofóbicas, dentre outras. Tudo isso reflete os pensamentos e práticas fascistas tão presentes e naturalizados pela sociabilidade do capital, frutos dela mesma, pois “[...] numa sociedade de raízes culturais conservadoras e autoritárias como a brasileira, a violência é naturalizada; tende a ser despolitizada, individualizada, tratada em função de suas consequências e abstraída de suas determinações sociais” (BARROCO, 2011, p. 208).

Desta forma, não podemos perder de vista as particularidades do processo histórico da formação social do Brasil que, tal como problematizado por Behring (2008), é calcado no clientelismo, no favoritismo e no mandonismo⁴ e vai incidir não só na condução das políticas sociais, mas antes, também é determinante para conformar as relações sociais e culturais de naturalização e moralização das desigualdades, pois forma-se uma ideologia que não compreende as políticas sociais enquanto direito, negando, portanto, todo seu processo histórico. Ademais, em se tratando da realidade brasileira, como também pontua Moura (1983), a escravidão negra representa o fato histórico-social mais importante da formação social do nosso país, haja vista termos vivenciado quase quatrocentos anos de escravismo colonial.

Assim, as perspectivas que negam e falseiam os processos históricos e as determinações sociais são conservadoras, estão calcadas no imediatismo, apresentando uma *blindagem presentista* (SOUZA, 2015) que nega tanto o passado quanto o futuro, importando-se apenas com o aqui e o agora. No tocante à população negra, esta negação da historicidade contribui substancialmente para ratificar e fortalecer os imaginários racistas que vão justificar que o lugar social que o/a negro/a se encontra, é reflexo do seu não esforço, logo, o *déficit negro*⁵, é justificável.

As características do pensamento conservador, calcadas no presentismo⁶, apontam para um aspecto determinante na construção da ideologia burguesa que é a negação e desistoricização do tempo presente, caminhando para o que Souza (2015) chama de processo de *decadência ideológica*.

O autor supracitado considera ser o conservadorismo um sistema de ideias presente nos mais finos tecidos da vida social e que cumpre importante função na manutenção do capital,

³ De acordo com o dicionário do pensamento marxista, editado por Tom Bottomore (2013), a reificação é um caso *especial* de alienação, sua forma mais radical e generalizada, característica da moderna sociedade capitalista.

⁴ Para aprofundar esta discussão, ver Behring (2008).

⁵ Para maior aprofundamento, ver Fernandes (2008).

⁶ Apoiado na discussão realizada por Souza (2015), presentismo refere-se à preocupação e o entendimento dos fenômenos com base apenas com o tempo presente, negando as determinações históricas e as projeções futuras. Traço este fundamental do conservadorismo.

haja vista que “[...] o conservadorismo moderno cancela a possibilidade de construção de qualquer projeto societário alternativo à sociabilidade vigente” (SOUZA, 2015, p. 205).

Sendo assim, trata-se da construção de um pensamento conservador que potencializa a lógica destrutiva do capital e suas consequências desumanizadoras, tendo em vista que empreende ações para a manutenção da ordem, contrapondo-se a qualquer mudança significativa e estrutural. Isso tem incidência direta nas relações sociais cotidianas. Relações estas que, não raras vezes, estão embebidas de racismo.

O pensamento conservador se apresenta como uma *forma de ser*, cujos valores estão em estreita consonância com o *ethos*⁷ burguês. Nessa perspectiva, tem-se um ideal de ser e agir, o qual vem acompanhado da negação/eliminação de tudo aquilo que não corresponde com este modo de ser, o qual é almejado socialmente.

Nesta direção, para o pensamento burguês justifica-se, por exemplo, a violência e o genocídio da população negra, pois esta foi historicamente concebida como *coisa*, com sua humanidade esvaziada e desconsiderada. O/a negro/a foi animalizado/a. A ideologia do branqueamento se instaurou como estratégia para sua desarticulação e apagamento existencial (MOURA, 1983). A construção da sua imagem fora associada ao/à vagabundo/a, ao/à preguiçoso/a, ao/à mal, ao/à perigoso/a, logo, a presença do/a negro/a se torna motivo de medo. Por isso, precisa ser eliminado/a. Afinal,

Quando o objeto do medo é tratado moralmente, torna-se sinônimo do ‘mal’. Ao mesmo tempo em que a moral serve ideologicamente para dar identidade ao objeto do medo ela passa a justificar uma **inversão na moralidade** do sujeito: **na luta contra o ‘mal’ toda moral é suspensa, tudo é válido**: o ‘mal’ acaba justificando o próprio ‘mal’: **a morte, a tortura, a eliminação do outro** (BARROCO, 2011, p. 210, grifos nossos).

Portanto, como observado por Moura (1983), para a construção de uma práxis social coerente, entender que os quatrocentos anos de escravidão no Brasil foram definitivos para a instauração do *ethos* do nosso país e ainda que a ideologia escravista traz resquícios no tempo presente, falseado pela famigerada perspectiva da democracia racial, é fundamental. É calcado nesta análise histórico-crítica, classista e de totalidade, que poderemos construir mediações para fortalecer a luta antirracista que, não obstante, está atrelada à luta pela superação da ordem burguesa, pois a igualdade plena para a população negra é impossível de ser realizada nos marcos do capitalismo. Portanto, nosso horizonte estratégico na luta e combate ao racismo, aponta para a transformação radical dessa estrutura de sociedade

Assim, importa-nos refletir não só quanto ao lugar socialmente construído para a população negra ao longo da história, mas também, no atual cenário, cujos retrocessos imensuráveis que se operam na órbita do sistema do capital, também apresentam incidências desastrosas, particularmente, para esta população. A necessidade desta reflexão se circunscreve ao fato de que os/as negros/as ainda se encontram no âmbito dos

⁷ Conjunto de elementos que constituem e conformam o modo de ser de determinada coletividade. Isto é: comportamentos, hábitos e costumes.

mais preocupantes indicadores sociais no que tange, sobremaneira, questões de renda; violências, nas suas mais multifacetadas formas e escolaridade.

A população negra vivencia os maiores processos de desigualdade social e de renda, exemplo disso é o fato de negros/as serem a maioria esmagadora da população beneficiária do Programa de Transferência de Renda do Governo Federal – Bolsa Família. De acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (BRASIL, 2013), 73% dos/as beneficiários/as se declararam pretos/as ou pardos/as. Deste quantitativo, 68% diz respeito às famílias que são chefiadas por mulheres negras – o que nos demanda chamar atenção para o lugar da mulher negra nessa sociedade de lutas de classes. Estas ainda estão na base da pirâmide social, representando o segmento que vivencia as maiores precarizações e violências, rebatimentos de uma sociabilidade racista, machista, misógina e patriarcal.

Já os dados da pesquisa apresentada pelo MDS em 2015, apontam que a pobreza reduziu em 86% em 11 anos entre a população negra. Além disso, afirma que três em cada quatro beneficiários/as do programa Bolsa Família são negros/as, perfazendo um quantitativo de 75% do total e, que, é esta população que ganha “[...] destaque na participação nos programas de inclusão produtiva, como Pronatec, MEI e Fomento às Atividades Produtivas Rurais” (BRASIL, 2015). Nesse sentido, se os dados de 2013 apontavam que o quantitativo de 73% dos beneficiários/as do Bolsa Família eram negros/as e o estudo de 2015 – que diz que a pobreza reduziu em 86% entre a população negra nos últimos 11 anos – traz que esta população representa 75% dos/as beneficiários, tais dados merecem reflexão crítica.

Não podemos perder de vista o lugar contraditório que a política social assume dentro do sistema capitalista. Tal como diz Behring (2008), esta surge enquanto resposta às mais variadas expressões da “questão social” – que têm seu fundamento no processo de subsunção do trabalho ao capital, cuja produção e reprodução se dá no contexto da relação entre capital e trabalho. Com seu caráter contraditório, a política social se coloca enquanto estratégia do Estado burguês no sentido de conter as lutas de classes, ao passo em que também se processa enquanto resposta às demandas imediatas da classe que vive do trabalho.

Outra informação apresentada na pesquisa do MDS (2015) é que quase 90% das famílias extrativistas, assentados/as e ribeirinhos/as beneficiados/as pelo programa Bolsa Verde, são chefiadas por negros/as.

No que tange às violências vivenciadas por negros e negras, de acordo com o Atlas da Violência, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2017, a população negra está no principal índice das pessoas que possuem maiores chances de serem vítimas de homicídios. Em números estatísticos, os negros e negras correspondem a 78,9% dos/as pertencentes ao grupo dos/as 10% com mais chances de serem vítimas fatais. De acordo com os dados, os negros possuem 23,5% maiores chances de serem assassinados em relação a pessoas não negras. “De cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras. Jovens e negros do sexo masculino continuam sendo assassinados todos os anos como se vivessem em situação de guerra” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2017, p. 30). Este documento ainda aponta que os jovens negros e de baixa

escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no país, cuja média nacional aponta para o crescimento em 34,7% entre a população negra.

Outro aspecto tratado neste documento, diz respeito à situação das mulheres negras – o que nos convoca a necessidade da reflexão numa perspectiva de entrelaçamento ontológico entre gênero, raça e classe. Conforme as informações apresentadas, entre 2005 e 2015 reduziu-se em 7,4% a mortalidade entre mulheres não negras. Contudo, no tocante às mulheres negras observou-se, no mesmo período, um aumento de 22%. Tais dados apontam ainda que, além do aumento significativo e desastroso em relação à mortalidade das mulheres negras, também identificou-se o crescimento em relação à mortes por agressão, passando de 54,8% em 2005 para 65,3% em 2015. Em outras palavras, essas preocupantes estatísticas apontam que a “[...] combinação entre desigualdade de gênero e racismo é extremamente perversa e configura variável fundamental para compreendermos a violência letal contra a mulher no país” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2017, p. 37).

No âmbito da educação, também reforçam-se as desigualdades existentes entre a população negra e a não negra. Conforme matéria veiculada na EBC (2016) acerca da pesquisa sobre os dados educacionais no Brasil, organizados pelo movimento *Todos pela Educação*, o estudo conclui que a população branca apresenta os melhores indicadores e é a que mais vai à escola – tal fato é determinado, não obstante, pelas melhores oportunidades postas a esta população no terreno sócio-histórico. Os estudos evidenciam que a taxa de analfabetismo entre a população negra é de 11,2%, parda de 11,1% e branca apenas 5%.

No mundo do trabalho a realidade não é diferente: os/as negros/as se encontram nas piores condições. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada pelo IBGE no terceiro trimestre de 2017, a população preta e parda⁸ representa 63,7% dos/as desempregados/as no Brasil. Outro dado evidenciado nesta pesquisa que ratifica a disparidade existente e, tão logo, apontam os indícios do racismo no país, é que 66% dos/as trabalhadores/as domésticos/as também correspondem a esta população.

Quando observada a distribuição da população ocupada por grupo de atividades, é possível perceber que a participação dos trabalhadores pretos e pardos era superior à dos brancos na agropecuária, na construção, em alojamento e alimentação e, principalmente, nos serviços domésticos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017, não paginado).

Esta pesquisa aponta também que 2,5% da população negra e parda atua como ambulantes e, além disso, que somente 33% dos/as empregadores/as no Brasil são negros/as ou pardos/as. Deste modo, infere-se dizer que à população negra são destinados os piores e mais sucateados e precarizados postos de trabalhos, além de receberem os piores salários.

Em matéria publicada na revista Carta Capital sobre o Dia da Consciência negra, em 2017, acerca das estatísticas que mostram a situação vivenciada pela população negra ainda nos tempos atuais, apresentaram-se dados de uma pesquisa sobre salários no Brasil, com base

⁸ A terminologia parda é adotada neste texto somente em referência ao que o IBGE aponta.

nos estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), considerando rendimentos como salários, benefícios sociais, aposentadoria, aluguel de imóveis e aplicações financeiras, entre outros. O resultado traz que a população branca ganha o dobro da população negra e as projeções indicam que somente em 2089, ou seja, daqui 71 anos, os/as negros/as terão renda equivalente aos/as brancos/as.

As informações acima mencionadas retratam uma disparidade sócio-histórica que acompanha os negros e negras desde a formação do Brasil, evidenciando que há um abismo social desmedido entre esta população e a não negra. Por isso mesmo, tais dados nos convocam ao compromisso ético e político de encampar e fortalecer a luta antirracista, a qual deve estar, absolutamente, atrelada à luta pela derrocada do capital.

Na obra *A integração do negro na sociedade de classes*, em que Florestan Fernandes analisa a realidade vivenciada por esta população na cidade de São Paulo, o autor discorre, a partir de dados empíricos coletados em diferentes períodos, sobre o difícil processo que os/as negros/as viveram após o período do fim da escravidão, elucidando a dramática adaptabilidade destes/as à sociedade do trabalho livre. E também vai pontuar que enquanto ex-agentes do trabalho escravo, o/a negro/a adentra esse novo processo com desvantagens insuperáveis. As consequências deste passado recente colocam a população negra numa condição de desigualdade perversa, o que contribui para uma integração deficiente à vida urbana, bem como para agravar o peso destrutivo destas desvantagens (FERNANDES, 2008).

Deste modo,

[...] percebe-se com facilidade como a degradação pela escravidão, a anomia social, a pauperização e a integração deficiente combinam-se entre si para engendrar um padrão de isolamento econômico e sociocultural do negro [...] que é aberrante em uma sociedade competitiva [...] (FERNANDES, 2008, p. 302).

Esta realidade à qual se refere o autor, lamentavelmente, ainda acompanha a população negra nos tempos atuais. Exemplo disso são os índices supracitados, cujos dados evidenciam esta disparidade abismal vivenciada pelos/as negros/as, enquanto ressonância de uma estrutura social notadamente racista e de cultura escravocrata.

Se por condições sócio-históricas determinadas, particulares à formação social do país engendrada na escravidão, são os/as negros/as que ocupam os postos mais precarizados de trabalhos, se estão entre o maior índice de subempregos e desempregos, se representam a população com menos escolaridade, que vivencia as maiores e mais multifacetadas formas de violência – frutos de um Estado burguês e racista – as experiências últimas que vivenciamos nesta trama conjuntural de recrudescimento do conservadorismo e de regressão desordenada dos direitos, tem como público majoritário, direta ou indiretamente, esta mesma população.

Portanto, considerando que o objetivo deste artigo é refletir acerca do racismo no atual contexto de retomada do conservadorismo, enquanto ressonâncias da crise estrutural do capital, problematizando esta realidade no âmbito da saúde mental, haja vista que nesta área há uma enorme escassez no que diz respeito ao debate da questão étnico-racial, nos

competete realizar uma leitura e aproximação entre a Luta Antimanicomial e a Luta Antirracista.

RACISMO E CONSERVADORISMO: QUAL A RELAÇÃO COM A LUTA ANTIMANICOMIAL?

A Luta Antimanicomial comemorou no ano de 2017 seus 30 anos. Assim, como foi há trinta anos atrás, em 1987, o movimento de reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial reuniu-se novamente na cidade de Bauru, em São Paulo. Lá estiveram trabalhadores/as, usuários/as, familiares, simpatizantes, professores/as, pesquisadores/as, a fim de reafirmar a bandeira que sustenta esta luta: Por uma sociedade sem manicômios!

É de extrema importância sinalizarmos que o Lema da Luta Antimanicomial não traz consigo uma mera reforma assistencial em saúde mental, ele expressa em sua natureza um projeto societário de transformação. A luta “por uma sociedade sem manicômios” coloca-se contrária as desigualdades de classe, gênero, raça/etnia e defende a superação da propriedade privada. Identificamos essa direção no Manifesto de Bauru de 1987 e, agora, no Manifesto de Bauru de 2017.

O manicômio é expressão de uma estrutura, presente nos diversos mecanismos de opressão desse tipo de sociedade. A opressão nas fábricas, nas instituições de adolescentes, nos cárceres, a **discriminação contra negros**, homossexuais, índios, mulheres. Lutar pelos direitos de cidadania dos doentes mentais significa incorporar-se à luta de todos os trabalhadores por seus direitos mínimos à saúde, justiça e melhores condições de vida (CARTA DE BAURU, 1987, *grifo nosso*).

Nesta mesma sintonia, o encontro realizado em dezembro de 2017 novamente na cidade de Bauru, São Paulo, em alusão aos 30 anos da luta antimanicomial, ratifica sua direção e compromisso.

Não podemos deixar de frisar o avanço do conservadorismo e da criminalização dos movimentos sociais, **defendemos a diversidade sexual e de gênero, as pautas feministas, a igualdade racial**. Somos radicalmente contra o genocídio e a criminalização da juventude negra, a redução da maioria penal, a intolerância religiosa e todas as formas de manicômio, que seguem oprimindo e aprisionando sujeitos e subjetividades. Apontamos a necessidade urgente de articulação da Luta Antimanicomial com os movimentos feministas, negro, LGBTQI, movimento da população de rua, por trabalho, moradia, indígena entre outros, a fim de construirmos lutas conjuntas (CARTA DE BAURU, 2017, *grifo nosso*).

Entretanto, queremos destacar que, apesar das comemorações, a Reforma Psiquiátrica brasileira e a Luta Antimanicomial não se constituíram e não se mantêm sem represálias, questionamentos e oposições. As bases tradicionais e conservadoras da psiquiatria sempre disputaram a coordenação nacional de saúde mental, álcool e outras drogas, vinculada ao Ministério da Saúde, desde a sua criação. Até o ano de 2015, a coordenação nacional esteve sendo representada por pessoas que coadunam com a reforma psiquiátrica antimanicomial.

No final de 2015, diante de uma conjuntura extremamente adversa e que antecedia ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, foi que o primeiro psiquiatra conservador e manicomial assumiu a direção nacional da política. O então recém Ministro da Saúde

Marcelo Castro anunciou, no dia 10 de dezembro, a exoneração de Roberto Tykanori e o convite feito a Valencius Wurch para assumir o cargo. Esta mudança de gestão deu-se de forma abrupta e condicionada pelos acordos entre o PT e o PMDB, uma vez que a substituição do Ministro da Saúde ocorreu na tentativa de garantir, minimamente, um acordo para a permanência de Dilma na presidência – o que levou a uma reorganização no Ministério da Saúde e das coordenações das políticas setoriais no âmbito da saúde.

Conforme assinala Braz (2017), os governos do PT direcionaram suas estratégias predominantemente para os interesses do grande capital internacional e de seus aliados brasileiros, numa perspectiva de conciliação de classes, sendo que os/as trabalhadores/as acabaram *pagando a conta*. Já para Demier (2017), “[...] nos últimos dias, [...], Dilma intensificou suas demonstrações de fidelidade a uma burguesia nativa pra lá de ingrata, e adotou uma postura abertamente neoliberal e reacionária” (DEMIER, 2017, p. 92).

A permanência de Valencius Wurch na gestão da coordenação nacional de saúde mental durou poucos meses, sendo exonerado do cargo no dia 09 de maio de 2016. Até o dia 09 de fevereiro de 2017 o cargo não tinha sido ocupado por ninguém, até que no dia 10, o psiquiatra Quirino Cordeiro Junior assumiu. A nomeação de Quirino foi comemorada pelas forças conservadoras da psiquiatria tradicional, representando um expressivo retrocesso para a política de saúde mental e a luta antimanicomial. Não podemos deixar de assinalar que a gestão de Quirino Cordeiro coaduna com a direção conservadora do governo de Michel Temer.

Em dezembro de 2017, a Comissão Intergestora Tripartite (CIT) do Sistema Único de Saúde (SUS), aprovou, sem qualquer possibilidade de debate e questionamento, mudanças que são contrárias às recomendações das Conferências Nacionais de Saúde Mental e de Saúde e das diretrizes da Reforma Psiquiátrica apontadas na Lei 10.216/2001 e demais portarias. A nova proposta para a política de saúde mental visa aumentar os recursos financeiros para os manicômios; ampliar a verba para as internações nas comunidades terapêuticas para usuários que fazem uso prejudicial de álcool e/ou outras drogas e retoma a participação ampliada dos ambulatórios na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Enfatizamos que o manicômio sempre foi lugar de isolamento, enclausuramento e abandono daqueles que não reproduzem a normalidade ditada pela sociabilidade burguesa, servindo de instrumento de ajustamento, adequação e castração dos sujeitos. A instituição psiquiátrica pode até deixar de existir, mas suas expressões, na atual conjuntura, estão colocadas de outras formas e também precisam ser superadas e aniquiladas.

Esses retrocessos trazem um severo impacto na consolidação da Reforma Psiquiátrica brasileira e novos desafios para a Luta Antimanicomial. Entendemos que essa portaria simboliza uma forte expressão do conservadorismo e permite que práticas higienistas, racistas, machistas, sexistas, lgbtfóticas, xenofóbicas e fascistas sejam reforçadas e atualizadas, principalmente pela ampliação do financiamento dos leitos nas comunidades terapêuticas e nos manicômios. Para Pereira e Passos (2017), as comunidades terapêuticas estão sendo acionadas para internarem de forma compulsória as mulheres pobres, negras, travestis e transexuais, atualizando práticas que violam os direitos humanos e que já foram denunciadas anteriormente (ARBEX, 2013).

Destacamos que todo o processo de contrarreformas em curso, intensificadas por este governo temeroso, agrava substancialmente a condição vivenciada historicamente pelos negros e negras. Os retrocessos operados e em processo de desmonte, sobremaneira, no âmbito dos direitos trabalhistas, sociais, previdenciários por este governo *puro sangue* que afeta imensuravelmente todo o conjunto de trabalhadores/as, indubitavelmente, terá maior rebatimento naqueles/as que, por condições historicamente determinadas, estão nas situações mais degradantes e vulneráveis – como é o caso da população negra.

Não podemos deixar de assinalar que historicamente o hospital psiquiátrico sempre foi um instrumento de controle social. Ele foi considerado por Basaglia (2005) como instituição da violência, já que através da *doença* justificava-se o controle, a contenção, a medicalização e a patologização dos corpos e dos comportamentos que fugiam/fogem dos padrões considerados *normais*. O que isso significa que para os/as negros/as a cor da pele sempre foi um fator de risco. Além disso, os/as negros/as sempre ocuparam os trabalhos mais subalternos e invisíveis dentro do hospício (PASSOS, 2017).

Apesar de estarmos apresentando elementos que dizem respeito ao retrocesso que envolve o cenário nacional da política de saúde mental, álcool e outras drogas, não podemos deixar de assinalar que o avanço do conservadorismo, na saúde mental, vem permeando ações de Estados e Municípios. Como exemplo podemos destacar as ações higienistas com caráter racista e de cunho conservador de São Paulo.

Em agosto de 2017, a edição 121 do jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*, trouxe em sua capa uma charge que retrata as ações higienistas do governo João Dória, ocorridas no município de São Paulo ao longo de 2017. A *banalização do mal*, título atribuído a imagem e ao tema principal da edição, nos reporta à reflexão sobre a naturalização das violências e de ações que possuem caráter higienista, racista, xenofóbico e até fascista. Desde que Dória assumiu a prefeitura de São Paulo, as ações direcionadas para a denominada *cracolândia*, localizada na região central da cidade, estão sendo constantes e recheadas de aparato policial, repressão e violência a fim de eliminar a população em situação de rua e usuária de crack e outras drogas que ficam no local. Tais intervenções também são apoiadas pelo governo do Estado que são comandadas pelo Geraldo Alckmin.

Na edição de 21/05/2017, o *Esquerda Diário* (PARKS, 2017), jornal *online*, nos mostra que, na região da Luz, onde se localiza a *Cracolândia*, habitam não só usuários de drogas e população em situação de rua, como também uma imensa massa de migrantes e imigrantes, em sua maioria negros e indígenas. Tais ações não acontecem sem propósitos específicos, uma vez que estão vinculadas aos interesses do mercado imobiliário internacional e nacional. Localizamos, portanto, um forte exemplo da ascensão das forças e ações conservadoras, reacionárias e manicomiais.

Por fim, sinalizamos que a atualização do manicômio – seja ele no âmbito assistencial ou na forma de pensar – está em curso e caminha lado a lado com o conservadorismo que impulsiona as transformações contemporâneas do capital, em especial, no cenário brasileiro. Nesse sentido, é fundamental que a Luta Antimanicomial aprofunde a sua relação com a Luta Antirracista para que possamos combater e denunciar as ações em curso que estão assentadas no racismo, no patriarcado e no colonialismo.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Conforme discutido ao longo do texto, a formação social do Brasil tem suas distintas particularidades, pois é assentada na escravidão negra e tem esta como o fato histórico-social mais importante da formação social do nosso país, haja vista termos vivenciado quase quatrocentos anos de escravismo colonial (MOURA, 1983). Nesse sentido, esta realidade construiu histórica e socialmente um abismo para a população negra, em que esta, até os dias atuais, se encontra no âmbito dos mais preocupantes indicadores sociais no que tange, sobremaneira, questões de renda; violências, nas suas mais multifacetadas formas e escolaridade.

Por isso, compreendendo ser o racismo estruturante da nossa sociedade e que esta população vivenciará as mais diversificadas formas de exclusão e violências, relacionamos a Luta Antimanicomial à questão étnico-racial por entendermos a necessidade em refletir acerca do tratamento destinado à esta população no âmbito da saúde mental – haja vista que, conforme apontado anteriormente na Carta de Bauru (1987) e no Manifesto de Bauru (2017), a Luta Antimanicomial assume como compromisso ético e político a luta antirracista. A conjuntura de inúmeros retrocessos que vivenciamos, nos convocam às lutas e resistências no sentido de construção de alternativas a este cenário de intensos ataques contra toda classe trabalhadora – o qual, segundo pontua Braz (2017), pode ser pedagógico. Destacamos aqui dois principais motivos: primeiro por ter escancarado a contradição do projeto de conciliação de classes, operado nos últimos anos pelo Partido dos Trabalhadores, evidenciando que quem pagará a dívida somos nós, nesse sentido, o ataque é contra todo conjunto dos/as trabalhadores/as; outro aspecto que se apresenta enquanto pedagógico, é o fato deste momento também ter sido “[...] revelador de vários traços importantes das classes dominantes, que se tornaram visíveis, didática e escandalosamente” (BRAZ, 2017, p. 92).

Estes tempos estertores de recrudescimento incontido do conservadorismo, de recessão de direitos e investidas contra todos/as trabalhadores/as, nos demandam reagir. Este contra-ataque deve estar balizado na direção ética e política do horizonte estratégico de superação do capital e na construção de uma sociabilidade livre. Logo, a luta antimanicomial e a luta antirracista devem seguir conjuntamente visando caminhos que nos levem a transformação e não na inclusão dos negros/as em uma sociedade racista e que valoriza mais o lucro do que os seres humanos (DAVIS, 2017, não paginado).

REFERÊNCIAS

ARBEX, L. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração editorial, 2013.

BARROCO, M. L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, abr./jun. p. 205-218, 2011.

BASAGLIA, F. **Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BEHRING, E. Políticas sociais: seus fundamentos lógicos e suas circunstâncias históricas. In: Garcia, Carla Cristina; Húngaro, Edson Marcelo; Luciano Galvão Damasceno (Orgs). **Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. Santo André, São Paulo: Alpharrabio, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). População negra é a maior beneficiária de programas sociais no Brasil. **Ministério do Desenvolvimento Social [online]**, Notícias, Brasília, DF, 30 dez. 2013. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2013/dezembro/populacao-negra-e-a-maior-beneficiaria-de-programas-sociais-no-brasil>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Pobreza entre negros caiu 86% em 11 anos. **Ministério do Desenvolvimento Social [online]**, Notícias, Brasília, DF, 27 maio 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/maio/pobreza-entre-negros-caiu-86-em-11-anos>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

BRAZ, M. O golpe das ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 128, jan./abr. p. 85-103, 2017.

BRITO, Gabriel. Entrevista a Ricardo Antunes: 2017, o ano que não deveria ter existido. **Diário liberdade [online]**, São Paulo, 26 dez. 2017. Disponível em: <<https://gz.diarioliberalidade.org/artigos-em-destaque/item/214493-entrevista-a-ricardo-antunes-2017-o-ano-que-nao-deveria-ter-existido.html>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

CAPUTI, L.; FORNAZIER MOREIRA, T. W. Os impactos das contrarreformas na formação e exercício profissional em Serviço Social. **Conexão Geraes**, Belo Horizonte, Minas Gerais, n. 9, p. 22-27, 2017.

CARTA DE BAURU. Encontro Nacional “20 anos de luta por uma sociedade sem manicômios”. **Carta de Bauru [online]**, Bauru, 2007. Disponível em: <http://www2.pol.org.br/lutaantimanicomial/index.cfm?pagina=carta_de_bauru>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CARTA DE BAURU. Encontro de Bauru “30 anos de Luta por uma sociedade sem manicômios”. **Carta de Bauru [online]**, Bauru, dez. 2017. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/12/CARTA-DE-BAURU-30-ANOS.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CARTA CAPITAL. Seis estatísticas que mostram o abismo racial no Brasil. **Carta Capital [online]**, Sociedade, 20 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/seis-estatisticas-que-mostram-o-abismo-racial-no-brasil>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

DAVIS, A. Construindo o futuro da luta contra o racismo. **Combate: racismo ambiental [online]**, Salvador, 28 jul. 2017. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2017/07/28/angela-davis-construindo-o-futuro-da-luta-contra-o-racismo/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

DEMIER, F. **Depois do Golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência**. Brasília (DF), 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pretos ou pardos são 63,7% dos desocupados. **Agência de Notícias [online]**, Notícias, Brasília, DF, 17 nov. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18013-pretos-ou-pardos-sao-63-7-dos-desocupados.html>>. Acesso em 14 jan. 2018.

MESZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOURA, C. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, Bahia, n.14, p. 124-137, 1983.

NOGUEIRA, F. Governo Temer como restauração colonialista. **Le Monde Diplomatique**, ano 10, nº 114, p. 4-5, jan. 2017.

OLIVEIRA, I.M.; DUARTE, M.J.O.; PITTA, A.M.F. Racismo, sofrimento e saúde mental: um debate necessário. In: OLIVEIRA, W.; PITTA, A.; AMARANTE, P. **Direitos Humanos & Saúde Mental**, São Paulo: Hucitec, 2017.

PARKS, Letícia. Racismo e truculência de Alckmin e Dória faz feridos e presos na "Cracolândia" em SP. **Esquerda Diário [online]**, Sociedade, São Paulo, 21 mai. 2017. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Racismo-e-truculencia-de-Alckmin-e-Doria-faz-feridos-e-presos-na-Cracolandia-em-SP>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

PASSOS, R.G. “De escravas a cuidadoras”: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 38, mai./ago. 2017.

PEREIRA, M. O.; AMARANTE, P. Mulheres, Loucura e Patologização: desafios para a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial. In: PASSOS, R. G.; COSTA, R., SILVA; F. G. **Saúde Mental e os desafios atuais da atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

PEREIRA, M. O., PASSOS, R. G. Desafios Contemporâneos na Luta Antimanicomial: comunidades terapêuticas, gênero e sexualidade. In: PEREIRA, M. O.; PASSOS, R. G. **Luta Antimanicomial e Feminismos**: discussões de gênero, raça e classe para a Reforma Psiquiátrica Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2017.

SOUZA, J. M. A. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 122, p. 199-223, jun. 2015.

TOKARNIA, Mariana. Educação reforça desigualdades entre brancos e negros, diz estudo. **Agência Brasil [online]**, Educação, Brasília, 18 nov. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/educacao-reforca-desigualdades-entre-brancos-e-negros-diz-estudo>>. Acesso em: 14 jan. 2018.